

2011 - 2011, o ano quase dourado de Eduardo dos Santos

2011, o ano quase dourado de Eduardo dos Santos

por: Eugénio Costa Almeida©

O presidente Eduardo dos Santos –pelo menos até às próximas eleições já ontem confirmadas mas não enunciadas a data da sua realização – fez ontem a habitual análise do ano que finda – a sua comunicação tão cedo, uma quarta-feira e a 4 dias do fim-do-ano deveu-se à sua necessidade de ir descansar mais cedo para a sua residência particular no Miramar? é que não fui só eu a notar que dava mostras de sinais de alguma debilidade física e, talvez, psicológica.

Deu-nos uma perspectiva de que tudo continua a correr como o ilustre mais alto magistrado da Nação e o seu Governo desejam – um ano quase dourado – embora, sublinhe, que nem tudo terá corrido como almejava, nomeadamente, terem ficado por realizar “ erradicação da fome, d pobreza e do analfabetismo; as injustiças sociais, a intolerância, os preconceitos de natureza racial, regional e tribal.”

De facto, estes valimentos sociais continuam por extirpar do seio da Nação. Como também, e não menos importantes, estão por resolver valência tão genéricas, quanto essenciais, como são a regularização de fornecimento de energia eléctrica; distribuição geral de água potável em todas as cidades, vilas e, logo quão possível, nas aldeias e sanzalas; a criação sustentada de um correcto saneamento básico – condição necessária para uma boa qualidade de vida das populações e um meio para minorar e aniquilar doenças endémicas desnecessárias, como, por exemplo, a cólera que mata os nossos concidadãos –; ou realojamento adequado aos cidadãos expulsos das suas casas e, ou, daqueles que ainda se mantêm auto-exilados nas grandes cidades deixando as suas regiões de origem despovoadas e sem auto-sustentação.

É bom que a Sociedade Civil e o sector privado continuem “a conjugar e a aumentar os seus esforços com o objectivo de corrigir o que está mal e melhorar o que está bem” e, ou, “criar coisas novas onde for necessário para aumentar a nossa capacidade de resposta e satisfazer as necessidades da sociedade”. É bom e necessário, mas cabe ao Estado, que é sustentado com os milhões do petróleo dar o passo mais agigantado nesse sentido.

Porque não se pode esquecer que só agora, quase dez anos após o fim da nossa fraticida guerra, que começa a emergir uma florescente Sociedade Civil e um Sector Privado. E se este sector ainda está muito dependente do apoio estatal ou de agentes que se firmam no Estado e na coisa pública, a Sociedade Civil também enferma de estar, na sua grande maioria, apoiada num florescente sector informal como o reconheceu, e muito bem, Eduardo dos Santos nesta sua anual alocução.

Será bom que as suas ideias/promessas sejam exequíveis. Recordo na comunicação que o presidente Eduardo dos Santos deseja que sejam implementadas as “Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, do Programa Nacional de Reabilitação das Vias Secundárias e Terciárias, do Programa Água para Todos, do Programa da Municipalização dos Cuidados de Saúde, do Programa do Desenvolvimento e Comércio Rural e do Programa de Habitação Social” e que estas sejam aplicadas de “modo criativo para que beneficiem também pequenos empreendedores tais como, as mulheres que se dedicam ao comércio ambulante, os criadores de cultura como os músicos, as produtoras, as associações de dança e de teatro, produtores de artesanato, artistas plásticos”.

Só que isso só será possível se não houver os entraves públicos e reconhecidos por parte de certos governantes provinciais e de certas autoridades demasiado rigorosas.

É certo que as mudanças numa civilização e numa sociedade são sempre erráticas. Como o presidente Eduardo dos Santos reconhece um qualquer processo de mudanças sociais pode ser “brusco e radical ou evolutivo e suave, por fases”. Mas também Eduardo dos Santos não esqueceu que uma mudança radical pode ser acarretar problemas sociais insanáveis e que numa Democracia essas mudanças são, quase sempre, acompanhadas do “diálogo, da compreensão mútua, da convivência pacífica e do estrito cumprimento da legalidade, garantem estabilidade social e política”.

Ora, parece, e a fazer fé nas redes sociais e nos comentários e desabafos políticos de alguns dos nossos dirigentes da Oposição que esse diálogo nem sempre tem existido ou quando existe é sob pressão inaudita de uma legitimada maioria absoluta e, por vezes, um pouco autocrata.

A grande medida ou perspectiva de medida para o ano de 2012 não passa por mais distribuição da riqueza produzida pelo Estado – ainda há muitos pobres e demasiados paupérrimos no país –mas pela realização das eleições legislativas (directas) e presidenciais (indirectas – chamemos o nome pelo nome; o presidente é eleito através da lista do partido mais votado).

Veremos se a minha análise fisionómica – e de outras pessoas com quem falei e o televiu – está correcta e se esta não foi a última alocução de fim de ano do presidente José Eduardo dos Santos para tristeza dos seus

demasiados bajuladores.

Que Angola tenha em 2012 o retorno que ainda não teve nestes últimos anos de Paz e que já deveria ter acontecido. Assim o queiram os nossos dirigentes e o nosso povo. Bom Ano de 2012! 29/Dez./2011 ©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 30.Dezembro.2011,
(<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=29663&catogory=Manchete>)